

SÉRIE
MONOGRÁFICA

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - UFPI

TRANSIÇÕES À DEMOCRACIA, CULTURA
POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL NO
BRASIL E NA ARGENTINA

Bruno Mello Souza



Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

Ano - 5

2016

Transições à Democracia, Cultura Política e Capital Social no Brasil e na Argentina

Bruno Mello Souza

Teresina
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras– CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro: Ininga – Teresina – PI

CEP: 64049-550

E-mails: <cienciapolitica@ufpi.edu.br>

Endereço eletrônico: <www.ufpi.br/cienciapolitica>

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. — v. 5, n. 4 (out./dez., 2016) — . — Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2016— .
— p. 27

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <<http://www.revistas.ufpi/index.php/cadernosdepesquisa>>

Trimestral.

ISSN: 2317-286X.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais. I. Universidade Federal do Piauí - UFPI. II. Título: Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

CDD: 320

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política– ISSN 2317-286X, v. 5, n. 4, out./dez. 2016
Revista Trimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins do Santos Seraine

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias

Profa. Dra. Monique Menezes

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Prof. Dr. Valter Rodrigues De Carvalho

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

CAPA

Sammy Lima

EDITORAÇÃO

José Anchiêta do Nascimento Lima

CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

É uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI com o objetivo de divulgar o resultado de pesquisas desenvolvidas por professores e alunos desse programa. Visa, então, a estimular o debate entre pesquisadores das áreas de Ciências Sociais através da difusão de ideias e informações balizadas.

TRANSIÇÕES À DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA*

BRUNO MELLO SOUZA[†]

SUMÁRIO

1	Introdução	7
2	Cultura política e capital social	7
3	Modelos de transição do Brasil e da Argentina	10
4	Padrões longitudinais de cultura política e capital social (Brasil/Argentina – 1995-2015)	13
5	Considerações finais	22
	Referências	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Confiança nas Forças Armadas	14
-----------	--	----

* Este artigo origina-se de parte da tese de doutorado defendida pelo autor em 2016, com atualização de dados empíricos do Latinobarômetro.

† Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista CAPES de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí.

Gráfico 2	Avaliação da situação política do país	15
Gráfico 3	Interesse por política	15
Gráfico 4	Preferência pela democracia	16
Gráfico 5	Satisfação com a democracia	17
Gráfico 6	Opinião sobre o voto	18
Gráfico 7	Confiança interpessoal	18
Gráfico 8	Confiança no Judiciário	19
Gráfico 9	Confiança no Congresso	20
Gráfico 10	Confiança no governo	21
Gráfico 11	Confiança nos partidos	21

RESUMO

Este artigo examina as transições políticas relacionadas à cultura política em dois contextos diferentes: Brasil e Argentina, nos quais ocorreram transições com modelos bastante distintos: enquanto no contexto brasileiro a transição foi negociada, lenta, gradual, na Argentina a derrota militar foi muito mais marcante e abrupta, com ampla participação da sociedade civil. A hipótese de pesquisa é de que, partindo destes diferentes modelos de transição, os dois países apresentam cenários distintos em termos de cultura política e de capital social. Desse modo, presume-se que em um modelo transicional mais negociado e gradual, como o brasileiro, observa-se uma democracia de menor qualidade do ponto de vista das percepções e comportamentos dos cidadãos em relação a um modelo de derrota mais enfática dos incumbentes autoritários, como é o caso argentino. Do ponto de vista empírico, este artigo utiliza dados do *Latinobarómetro*, que apresentam traços da cultura política do Brasil e da Argentina, nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015¹ - ocasionalmente complementados por dados do *World Values Survey* de 1990. A partir desses dados, verifica-se longitudinalmente como tem sido constituída a cultura política nos dois países no período de 1990-2015, seus padrões de aproximação com idéias autoritárias e com perspectivas mais democráticas e protagônicas da sociedade civil.

Palavras-chave: Transições à democracia. Cultura política. Capital social. Argentina. Brasil.

¹ Em vez de dados de 2015 eventualmente foram utilizados dados de 2013 e 2011, de acordo com a disponibilidade das questões examinadas nos diferentes questionários do *Latinobarómetro*.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo examina as transições à democracia relacionadas à cultura política em dois contextos diferentes: Brasil e Argentina. O'Donnell e Schmitter (1988) destacam que nesses países ocorreram transições com modelos bastante distintos: enquanto no contexto brasileiro a transição foi negociada, lenta, gradual, na Argentina a derrota militar foi muito mais marcante e abrupta, com ampla participação da sociedade civil. Com base nessa distinção, este artigo busca verificar os cenários que se estabeleceram nos dois países no que concerne à cultura política e ao capital social. Presume-se que no Brasil, um cenário de transição mais negociada acaba por configurar uma cultura política com maior abertura a ideais autoritários, com menos confiança interpessoal e nas instituições democráticas, e mais confiança na instituição militar, pautada numa no que Castro (2007) chama de maior “nostalgia da ditadura”, enquanto na Argentina ocorreria o contrário, podendo-se observar neste país uma maior repulsa a ideais autoritários com uma maior qualidade da democracia, se considerada para além de seus procedimentos formais, de acordo com a perspectiva de Diamond e Morlino (2004).

Assim, se está apresentado um contexto em que a democracia, do ponto de vista formal, possui relativa consolidação na América Latina, não é menos verdade que do ponto de vista substantivo ela ainda enfrenta sérios entraves, relacionados a problemas como forte desconfiança sobre a política, a própria democracia e suas instituições, além de um distanciamento das esferas participativas (BAQUERO, 2011; GONZÁLEZ, 2011; MOISÉS, 2005; POWER e JAMISON, 2005).

A hipótese de pesquisa é de que, a partir dos distintos modelos de transição verificados no Brasil e na Argentina, é possível observar diferenças no que concerne à cultura política e ao capital social. Desse modo, afirma-se que um modelo transicional mais negociado e gradual, como o brasileiro, tende a apresentar uma democracia de menor qualidade do ponto de vista das percepções e comportamentos dos cidadãos em relação a um modelo no qual ocorreu uma derrota mais enfática dos incumbentes autoritários, como é o caso argentino.

A metodologia deste artigo segue o protocolo quantitativo, ao examinar descritivamente dados do *Latinobarómetro*, que apresentam traços da cultura política do Brasil e da Argentina, nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015² - ocasionalmente complementados por dados do *World Values Survey* de 1990. A partir desses dados, pretende-se verificar longitudinalmente como tem-se configurado a cultura política nos dois países no período de 1990-2015, seus padrões de aproximação com idéias autoritárias e com perspectivas mais democráticas e protagônicas da sociedade civil.

2 CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL

Para este estudo, considera-se a definição do conceito de cultura política plasmada pelas predisposições atitudinais dos cidadãos, a forma como estes vislumbram as esferas institucionais, e seu interesse pelos assuntos de ordem política. Os pais fundadores do conceito, Almond e Verba (1965), definem cultura política como o processo pelo qual as orientações e as atitudes dos cidadãos se estruturam em relação ao sistema político e às suas instituições. A princi-

2 Em vez de dados de 2015 eventualmente foram utilizados dados de 2013 e 2011, de acordo com a disponibilidade das questões examinadas nos diferentes questionários do *Latinobarómetro*.

pal obra destes pesquisadores, *The Civic Culture* (1965), é considerada a primeira tentativa de sistematizar e aplicar o conceito de cultura política. Nela, os autores procuram explicar as condições para a expansão da democracia na segunda metade do século XX, buscando demonstrar como o sufrágio universal e os partidos políticos, embora fundamentais, não são suficientes para o estabelecimento de uma democracia plena. Haveria, para além do âmbito procedural, a necessidade da existência de uma cultura política por parte dos cidadãos que fosse congruente com esse arranjo institucional (ALMOND e VERBA, 1965).

Por outro lado, existem algumas críticas acerca do estudo realizado por Almond e Verba. Uma delas diz respeito à postura etnocêntrica implícita nas conclusões do primeiro estudo dos autores, que partem de um conceito de política limitado aos aspectos institucionais e formais de caráter representativo, estabelecendo como melhores as culturas políticas mais adequadas a essa opção conceitual (RENNÓ, 1998). Desse modo, a teoria empírica da democracia formulada por Almond e Verba acabaria por adquirir um caráter ideológico, privilegiando o *status quo* das sociedades de capitalismo desenvolvido, ao passo que negligenciaria os efeitos de diferenças entre classes sociais na caracterização da cultura cívica como potencialmente democrática (PATEMAN, 1989).

Essa tendência ideologicamente influenciada somente foi superada quando os estudos de natureza culturalista passaram a ser orientados pela tentativa de realizar uma interpretação das culturas políticas de cada país em suas particularidades, sem buscar enquadrar essas culturas em algum modelo de tipologia (RIBEIRO, 2008).

A crítica mais polêmica, todavia, se deu em relação ao questionamento da propriedade causal e da capacidade explicativa das variáveis reunidas no termo cultura política (IDEM, 2008). Barry (1988) afirma que o livro *The Civic Culture* somente se sustenta por meio da premissa de que as variáveis que compõem a cultura política afetam os regimes democráticos. O autor propõe uma inversão da relação causal, a partir do princípio de que seria mais plausível considerar que as experiências sob instituições democráticas influenciariam na cultura política, e não o oposto (BARRY, 1988). Pateman (1971) vai ao encontro da crítica de Barry, afirmando que experiências de socialização política por instituições democráticas seriam responsáveis pela internalização de valores democráticos. Almond (1989), por seu turno, ao rebater tais críticas, enfatiza que as orientações políticas subjetivas sempre foram tratadas, tanto no estudo inicial quanto nos trabalhos posteriores, como variáveis influenciadas por elementos externos, sendo ao mesmo tempo, dependentes e independentes.

Após passar por um período de ostracismo, em função das críticas supracitadas e da popularização de modelos racionalistas, o conceito de cultura política volta a ganhar visibilidade na década de 1980, especialmente com os trabalhos de Robert Putnam. O autor observou, num cenário de reforma institucional ocorrida na Itália no início da década de 1970, com base em uma pesquisa empírica que durou vinte anos, que as regiões que possuíam uma cultura mais cívica possuíam uma maior eficiência administrativa, e, principalmente, maiores índices de confiança, tanto interpessoal quanto institucional, por parte dos indivíduos (PUTNAM, 1996).

Outro estudo fundamental no processo de retomada da abordagem culturalista é o de Inglehart (1990). Na relação causal entre aspectos culturais e institucionais, o autor enfatiza que satisfação com a vida, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente constituem uma síndrome de atitudes favoráveis às instituições democráticas. Tal síndrome também recebe impactos vindos do nível de desenvolvimento econômico do caso estudado.

No que tange à América Latina, o uso deste conceito é fundamental para compreender a situação da democracia no continente. De maneira geral, estes países possuem uma

democracia relativamente consolidada em sua dimensão poliárquica, com eleições competitivas, respeito a direitos políticos, existência de canais de comunicação alternativos e liberdade para votar e ser votado (FREIDENBERG, 2007). Entretanto, persiste uma incongruência entre a dimensão institucional e o comportamento dos cidadãos, em função da presença de gritantes desigualdades sociais. A população destes países sofre cotidianamente com problemas como a pobreza, as desigualdades na distribuição de renda, o desemprego, a falta de acesso à saúde, e a violência. A incapacidade de solução destes conflitos indica que meros procedimentos não resolvem os problemas dos cidadãos, que se encontram cada vez mais distantes das esferas de decisão (BAQUERO, 2006).

É importante sublinhar que uma cultura política com orientação para a participação democrática é capaz de gerar estoques de capital social (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1988), ou seja, tem o potencial de aumentar a confiança tanto entre as pessoas, como entre as mesmas e as instituições políticas. Dessa forma, se existe uma cultura política de interesse e engajamento, voltada à valorização da democracia, é esperável que os laços estabelecidos entre os membros de uma sociedade se fortaleçam, e que também aumente a confiança nas instituições, desde que essas ações encontrem correspondências eficazes por parte dos governos.

A primeira definição do conceito de capital social foi empreendida por Lyda Hanifan (1976), que estabeleceu o capital social como sendo um conjunto de elementos que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos, como boa vontade, simpatia, camaradagem, plasmados nas relações sociais destes indivíduos. Hanifan trabalha o capital social como um tipo de “bem” que pode ser “economicizado”, acumulado como um capital capaz de ajudar a melhorar as condições de vida dos membros de uma comunidade. Todavia, no campo da Ciência Política o conceito de capital social emergiu com mais força a partir da discussão realizada por Robert Putnam (1996), ao tratar da cultura política de cidadãos italianos. Dentro dessa perspectiva, esse conceito relaciona-se à capacidade dos indivíduos em associar-se comunitariamente por meio de relações de confiança recíproca, na busca da execução de objetivos comuns que respondam às suas necessidades tanto no âmbito comunitário como na criação de canais de diálogo com o governo. Além de Putnam (1996), outros autores que abordam o capital social como elemento positivo são Coleman (1988) e Fukuyama (2001).

Coleman (1988) trabalha o conceito de capital social no sentido de apresentar o mesmo como uma característica importante para o desenvolvimento econômico, físico e humano, criando condições para o alcance de recursos para o bem-estar coletivo. O capital social pode ser capaz de auxiliar na mudança das esferas de decisão, constituindo-se como um importante canal para estabelecer relações a partir das quais se possa solucionar coletivamente os problemas, por meio de interação e confiança recíproca, organizando os cidadãos e colocando em prática um diálogo destes com o governo.

Fukuyama (2001), por sua vez, define capital social como uma norma informal capaz de promover a cooperação entre os indivíduos, com base em relações de reciprocidade. Enquanto na dimensão econômica estes laços auxiliam na redução dos custos de transação, na esfera política promovem um tipo de vida associativa necessário para o sucesso de governos limitados, no contexto democrático moderno.

Este artigo parte do princípio de que a partir do capital social, especialmente das relações de confiança estabelecidas na sociedade e dela para com as instituições políticas democráticas, pode-se gerar ciclos de participação, que permitam aos indivíduos mobilizar-se na busca de soluções para os problemas que os afligem e para elaborar demandas junto às esferas governamentais. Por isso mesmo, este aspecto também é examinado, por meio de variáveis de confiança interpessoal e institucional nos casos estudados. Vistos os conceitos mobiliza-

dos neste artigo, a próxima seção apresenta uma contextualização das transições à democracia ocorridas no Brasil e na Argentina.

3 MODELOS DE TRANSIÇÃO DO BRASIL E DA ARGENTINA

No princípio da década de 1980, dois terços da população latino-americana encontravam-se em países dominados por militares ou sob regimes militares. Naquela que seria a 2ª onda reversa de democratização (HUNTINGTON, 1991), estavam os casos de Brasil e Argentina, nos quais, por meio de golpes militares, foram instaurados nas suas estruturas de poder regimes burocrático-autoritários (O'DONNELL, 1986).

No Brasil, o governo militar instalou-se entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, e este fato esteve relacionado, além das motivações de ordem econômica e de temor pelo comunismo (MOTTA, 2001), à desestabilização política vigente no país desde agosto de 1961, quando da renúncia do então presidente Jânio Quadros. Os militares, por meio de sua Escola Superior de Guerra, tentavam suavizar o golpe caracterizando-o como “revolução”, e buscaram legitimar-se tratando os interesses particulares das Forças Armadas como se estes fossem universais (SANTOS, 2007; 2010).

De acordo com Liliana de Riz (1986), a polarização e a radicalização política que serviram como prólogo ao golpe podem ser encaradas não só como desencadeadoras da ruptura do sistema político, mas também como reflexos de uma redefinição que estava em curso e que o golpe veio a impedir. Assim, o golpe ocorrido em 1964 poderia ser lido como a tentativa de afirmar o predomínio do Estado sobre a sociedade brasileira, domesticando a sociedade política, redefinindo os canais autorizados e patrocinados da representação política (DE RIZ, 1986).

Deste modo, as relações estabelecidas entre os detentores do poder e os cidadãos comuns, ao longo do tempo, têm se caracterizado por uma constante subordinação da sociedade civil e pelo excesso de autoritarismo estatal. Este contexto também teria repercussões no modo como a ditadura militar se estabeleceu no país, além da posterior consolidação de um Estado que do ponto de vista formal é democrático, mas que simultaneamente convive com uma estagnação social frutificada pela persistência de práticas patrimonialistas, paternalistas e clientelistas da política brasileira (BAQUERO, SOUZA e RIQUINHO, 2013).

O regime que se instalou possuía características singulares, como a combinação de mecanismos de caráter flagrantemente autoritário, voltados à repressão e à desmobilização, com outros típicos de uma estrutura democrático-representativa (SANTOS, 2007; BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Em 1965, os partidos então existentes foram extintos, em decorrência de uma crise política ocorrida após eleições para governador, nas quais ocorreram significativas vitórias oposicionistas. Foi então que se determinou uma reorganização do sistema partidário, criando partidos cujo pré-requisito formal para legalização era o apoio de 1/3 dos deputados e 1/3 dos senadores. Dessa forma, configurou-se um sistema bipartidário dividido entre ARENA (Aliança da Renovação Nacional, partido governista) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição), com eleições periódicas e regulares para os cargos dos poderes legislativos municipal, estadual e federal (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012).

No que diz respeito à questão econômica, Luciano Martins (1988) sublinha que o sucesso do golpe se deveu, parcialmente, à necessidade de realinhamento da economia nacional aos

novos padrões internacionais de expansão do capitalismo. Em tal cenário, o apoio das elites econômicas aos setores golpistas foi importante, fornecendo subsídios à formação de uma coalizão civil-militar que durou quase 21 anos.

Em 1974, quando o regime ainda colhia os frutos do crescimento econômico e com o ápice da neutralização dos opositores que atuavam fora do sistema partidário, Ernesto Geisel (presidente entre 1974-1979) elabora e inicia, de dentro do próprio governo, um projeto de transição política “lenta, gradual e segura” para a democracia que se estenderia até 1985 e seria altamente pactuado em seu transcorrer (GALLO e SOUZA, 2013).

Num contexto de redemocratização bastante avançado, em 1979 ocorre a diluição, por parte do governo militar, dos dois partidos então legalizados, moderando as exigências para a criação de novos agrupamentos partidários (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Com isso, além de avançar na descompressão do regime, a estratégia dos militares passava por criar uma divisão no partido de oposição, buscando evitar que o governo se deslegitimasse nos pleitos subsequentes. Em 1988, foi promulgada a Constituição que trouxe o Brasil definitivamente de volta a um cenário político democrático no que diz respeito ao panorama institucional, com eleições periódicas, liberdade de competição eleitoral, entre outras premissas poliárquicas. Ainda que diante de turbulências, como os processos de impeachment de dois dos quatro presidentes eleitos desde então (Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff), o que de alguma forma atesta a necessidade de aprimoramento da democracia brasileira num sentido mais amplo, do ponto de vista procedimental, o sistema tem se mantido sem rupturas na ordem institucional vigente.

No caso argentino, entre 1930 e 1976, o exército em seis oportunidades demonstrou sua capacidade de imposição, derrubando as autoridades eleitas constitucionalmente e estabelecendo regimes militares (ARGENTINA, 2011). O contexto sócio-político que tornou possível o golpe militar ocorrido em 1976 possui íntimas ligações com o contexto político vivenciado pelo país a partir de 1955, período este no qual, até 1972, os militares impediam que políticos peronistas fossem eleitos para cargos importantes (ACUÑA e SMULOVITZ, 2006; CAVAROZZI, 1996; FERNÁNDEZ, 2006).

Em 1972, em um cenário caracterizado por forte pressão popular pela realização de eleições livres, os militares cederam, e elegeu-se para a presidência da República Héctor José Cámpora, candidato peronista, que assumiu o cargo em 1973, e em pouco tempo renunciou com o intuito de forçar nova eleição, que reconduziria Juan Domingo Perón, que já havia sido o primeiro mandatário do país entre 1946 e 1955, à presidência com 62% dos votos (ARGENTINA, 2011). Com o falecimento de Domingo Perón, assumiu seu lugar Isabel Perón, que encabeçou um governo caracterizado por perseguições e violência principalmente por meio de um grupo parapolicial conhecido como Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) (IDEM, 2011). Aproveitando-se de dilemas tais como as tensões da Guerra Fria, a existência das guerrilhas, a falta de controle estatal sobre os sindicatos e uma economia semifechada, no ano de 1976 os militares levaram a cabo o sexto golpe de Estado da história argentina somente no século XX, no autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, que começou em 24 de março daquele ano com a derrubada da então presidente Isabel Perón (IDEM, 2011).

Por possuir uma inclinação economicamente liberal, o chamado *Proceso* buscava implantar um modelo econômico de abertura que acabou por dismantlar a indústria nacional argentina e marcou o auge da especulação financeira no país. Os objetivos dos ideólogos deste processo passavam não somente pelo âmbito econômico, mas também pela implementação de um modelo de nação congruente com os valores ocidentais e cristãos (IDEM, 2011). Para concretizar este modelo, tiveram que silenciar toda e qualquer forma de oposição e resistência.

Tal plano foi previsto e estrategicamente apoiado pelas forças econômicas, pela igreja católica, pelos poderes judicial e político e ainda por numerosos meios de comunicação (ARGENTINA, 2011). Acorados na Doutrina de Segurança Nacional e utilizando como mote o temor do avanço comunista, os militares instauram um regime de terrorismo de Estado que teve como saldo milhares de mortos e desaparecidos (IDEM, 2011).

No início da década de 1980, o apoio civil que facilitava a continuidade dos militares no poder começou a sofrer um processo de desgaste e degradação, com mostras de insatisfação que se somaram à contínua luta dos organismos de direitos humanos, e a outros setores de resistência da sociedade argentina, como aqueles que se reuniram dias antes do desembarque das forças argentinas nas Malvinas, e que seriam duramente reprimidos (IDEM, 2011). Essa insatisfação desenvolveu-se devido à combinação de uma série de fatores, como: 1) o mau desempenho das políticas econômicas do regime; 2) a intensidade da repressão aos opositores do governo; 3) a derrota para os britânicos na Guerra das Malvinas. Esta última serviu para acabar de vez com o prestígio militar argentino, pondo em evidência a inaptidão das Forças Armadas para cumprir suas funções mais específicas.

Neste panorama, a população argentina viu-se dramaticamente abalada, especialmente com o fracasso nas Malvinas, e com isso, a grande e crescente tensão existente junto à sociedade civil tomou grandes proporções, o que fez com que a autoridade dos militares fosse cada vez mais rapidamente reduzida, e, entre o final de 1982 e outubro de 1983, ocorresse uma rápida transição, encerrada com a eleição de Raúl Alfonsín para presidência da República (SOUZA e GALLO, 2015).

Baseados na aplicação da DSN e na defesa da Segurança Nacional, partindo de uma estrutura racional e burocratizada de organização social, os regimes ditatoriais de Argentina e Brasil promoveram sistemáticas e deliberadas violações aos direitos humanos, resultando em um saldo da repressão na argentina, por exemplo, de cerca de 30 mil desaparecidos políticos (GALLO e SOUZA, 2013).

O desenvolvimento das ditaduras militares nos casos supracitados é marcado por semelhanças no que diz respeito ao contexto internacional em que ocorre o Golpe de Estado (auge da Guerra Fria) e também no que se refere ao uso sistemático e deliberado da repressão nestes países, mas também por diferenças importantes, principalmente em relação ao conteúdo da transição neles realizada, como bem demonstram autores como O'Donnell e Schmitter (1988) e Stepan (1986).

O caso de transição do regime autoritário no Brasil teve sua principal característica na longa duração, e no grande controle que os incumbentes autoritários tiveram sobre o processo, obtendo sucesso no intento de promover uma liberalização gradual, mantendo, durante o período, poder de veto em relação à vida política no país (ARTURI, 2001), por meio do que se pode denominar de uma transição por transação (MARENCO DOS SANTOS, 2007). Já na Argentina, o controle por parte dos militares sobre o processo de transição foi bastante reduzido (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

O processo transicional formulado do alto contribuiu para preservar as Forças Armadas do Brasil de um julgamento mais rigoroso por parte da sociedade civil, simultaneamente garantindo certa legitimidade institucional às mesmas (SANTOS, 2007). Já no que se refere à Argentina, tal decisão foi fortemente influenciada pela existência de forças opositoras bastante poderosas na sociedade civil. O padrão de controle exercido pelo regime, por consequência, era bastante reduzido em relação ao caso brasileiro (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

Outra distinção importante entre os dois casos é que, enquanto no Brasil o regime alcançou relativo êxito em termos econômicos, na Argentina o cenário foi mais difícil, com uma espécie de consenso acerca do fracasso do governo (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; WEF-FORT, 1989). Essa diferença foi fundamental, uma vez que os militares do Brasil puderam conduzir a transição com muito mais auto-confiança (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

Levando em consideração aspectos como os supracitados, O'Donnell e Schmitter (1988) sublinham que em casos como o argentino, em que o regime autoritário tenha sido notoriamente fracassado, é muito mais provável que haja uma vontade mais sólida de resistir à tentação de uma volta a tal cenário, enquanto que em casos como o brasileiro, onde a experiência foi menos traumática, pode haver uma “nostalgia dos bons tempos autoritários”. O que talvez reforce esta linha de argumentação é que os próprios atores-chave do processo político na Argentina passaram a aceitar a via democrática para a competição por cargos públicos, direcionando-se a uma adesão normativa à democracia. De acordo com Pérez-Liñán e Mainwaring (2014), isso permitiu ao regime democrático sobreviver a distintas intempéries econômicas, tais como as fortes turbulências nos anos 1980 e início dos 2000, hiperinflação verificada entre 1989 e 1991, substantivo aumento das desigualdades sócio-econômicas e desempenho débil da economia.

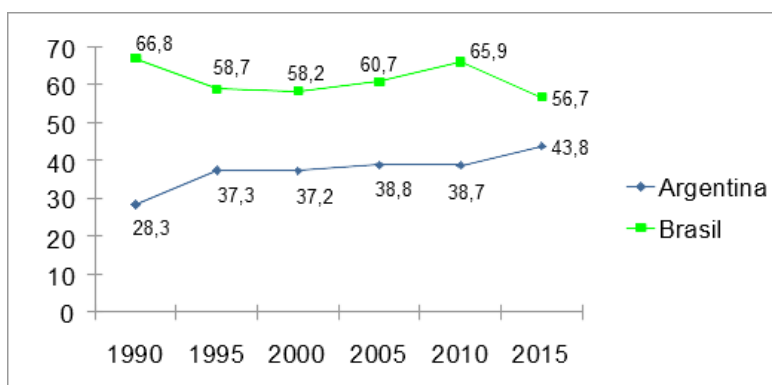
É dentro dessa moldura contextual que este artigo se situa, ao examinar, do ponto de vista de uma linha analítica culturalista, os cenários brasileiro e argentino da adesão dos cidadãos à democracia e das relações de confiança interpessoal e institucional nestes dois países ao longo dos últimos anos. Para isso, a seção seguinte apresenta alguns dados empíricos referentes a variáveis de cultura política e capital social nos dois casos estudados.

4 PADRÕES LONGITUDINAIS DE CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA (1995-2015)

Nesta seção, busca-se examinar ao longo do tempo as semelhanças e diferenças entre brasileiros e argentinos no que tange a alguns parâmetros importantes para verificar a legitimidade democrática nos dois países, sempre tendo em vista os modelos transicionais neles verificados. A primeira variável examinada é a da confiança nas Forças Armadas.

Esta variável possui importância por mensurar a confiança dos cidadãos sobre aqueles que governaram seus países através de regimes ditatoriais, o que pode oferecer indícios significativos quando se analisa o imaginário de brasileiros e argentinos a respeito de seus períodos autoritários. Os dados do [Gráfico 1](#) (p. 14) indicam que no Brasil os padrões de confiança nos militares são significativamente maiores do que na Argentina, no período pós-transição. Enquanto cerca de 60% dos entrevistados brasileiros afirmam, ao longo do tempo, que têm muita ou alguma confiança em suas Forças Armadas, esse percentual sequer chega a 40% entre os argentinos durante a maior parte do período, apresentando uma leve elevação no ano de 2015, quando alcança praticamente 44%. Ainda que não seja possível estabelecer uma relação causal direta com as transições, dada a natureza descritiva desta análise, esses dados corroboram a ideia de que a abrupta e traumática transição argentina serviu para desgastar a imagem dos militares no país, enquanto no Brasil, uma mudança mais *soft* parece ter contribuído para que a imagem das Forças Armadas saísse bem menos arranhada do período autoritário.

Gráfico 1: Confiança nas Forças Armadas (%)*



* Muita/alguma.

n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

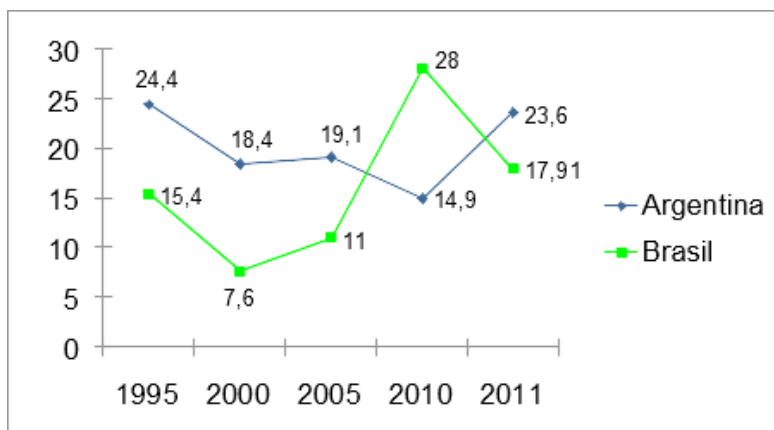
Fontes: World Values Survey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

Nesse caso, também é importante ponderar que os processos transicionais trazem em seu pacote outros elementos, como o nível de repressão e violência, maior ou menor êxito das políticas econômicas e, no caso da Argentina, o fracasso nas Malvinas. Analisados os níveis de confiança nos militares, o Gráfico 2 (p. 15) apresenta a opinião dos entrevistados de Brasil e Argentina a respeito da situação política do país nos últimos anos. Essa variável é relevante à medida que uma maior ou menor satisfação com a situação política do país, combinada com algum tipo de nostalgia da ditadura podem representar uma maior abertura a chamamentos das mesmas para interceder em situações de instabilidade política, econômica e institucional. A existência de grupos de manifestantes clamando por intervenção militar, como se viu recentemente no Brasil, é bastante sintomática dos efeitos que situações desse tipo podem oferecer.

Como é possível observar, desde meados da década de 1990 até meados da década de 2000, os argentinos sistematicamente apresentaram maiores índices de satisfação com a situação política- e isso considerando que no meio deste caminho ocorreu a severa crise institucional do início dos anos 2000, que pode ter repercutido naquele momento específico mas não provocou grandes comprometimentos para os anos seguintes. O panorama, porém, apresenta uma variação em 2010, quando no Brasil, possivelmente por um contexto econômico mais favorável, no qual a crise mundial dos anos anteriores havia tido apenas pequeno impacto, e também considerando uma situação de estabilização de uma classe média emergente, combinado com o arrefecimento do turbulento cenário de denúncias de corrupção originado pelo mensalão em 2005, se nota um crescimento significativo- de quase 20 pontos percentuais- da avaliação positiva do momento político do país, enquanto na Argentina ocorre uma queda. No entanto, já em 2011 essa avaliação positiva sofre forte abalo no caso brasileiro e volta a aumentar na Argentina.

Outra variável que ganha relevo na análise proposta refere-se ao interesse por política, por denotar uma proximidade maior das discussões políticas em um ambiente democrático ou, pelo contrário, ser sintomática de uma apatia e de um afastamento capazes de abrir brechas para erosionar a democracia em uma dimensão qualitativa, seguindo a ideia proposta por

Gráfico 2: Avaliação da situação política do país (%)*



* Muito boa/ boa.

** Questão não incluída no Latinobarômetro de 2015. O mais recente a apresentar essa questão é o de 2011.

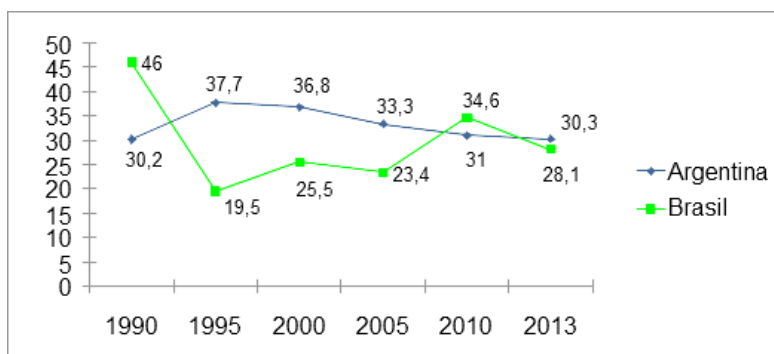
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204;

n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2011: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte: Latinobarômetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2011).

Diamond e Morlino (2004). O Gráfico 3 apresenta a evolução dos percentuais desta variável ao longo dos últimos anos.

Gráfico 3: Interesse por política (%)*



* Muito/ algum.

** Questão não incluída no Latinobarômetro de 2015. O mais recente a apresentar essa questão é o de 2013.

n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000;

n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2013: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

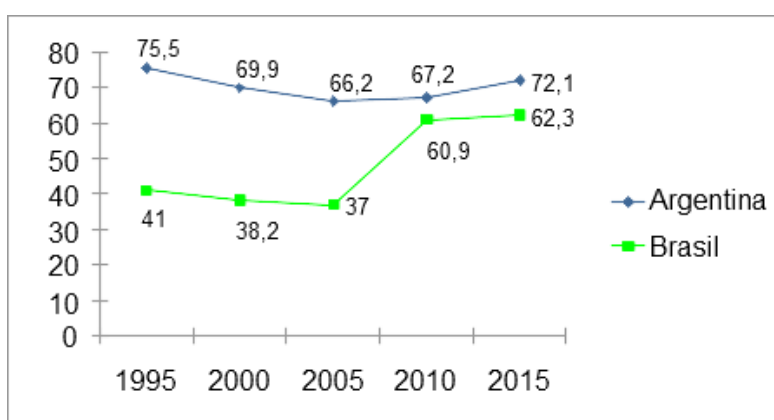
Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarômetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2013).

Pode-se notar no primeiro ponto temporal um interesse por política substancialmente maior dos brasileiros em relação aos argentinos. Todavia, já a partir de 1995, tal manifestação de interesse sofre uma queda contundente, com este percentual somente voltando a equilibrar-se com o da Argentina entre 2010 e 2013. De modo geral, este interesse parece ser mais volátil no Brasil- onde teve picos e depressões variando entre mais de 45 e menos de 20%- do que

no país vizinho- onde o número de entrevistados interessados pela política obedece uma certa regularidade ao longo dos anos, sempre na casa dos 30%.

A próxima variável verificada remete à democracia em termos da adesão dos cidadãos à mesma, e também no que se refere ao que os entrevistados não querem, uma vez que foram questionados se preferem a democracia em comparação a qualquer outro tipo de governo. Moisés (1995) salienta, inclusive, a importância da dimensão daquilo que não se quer de forma alguma, no caso a ditadura, em situações de mudança de regime para a democracia, mesmo que não se saiba exatamente o que se quer nesses ambientes de incerteza. Em outras palavras, o que está em jogo também a partir das transições é a capacidade de resistência das sociedades diante da tentação autoritária. O [Gráfico 4](#) apresenta, portanto, os percentuais longitudinais de preferência pela democracia entre brasileiros e argentinos ao longo do período democrático nos dois países.

Gráfico 4: Preferência pela democracia (%)*



* Democracia é preferível a qualquer tipo de governo.

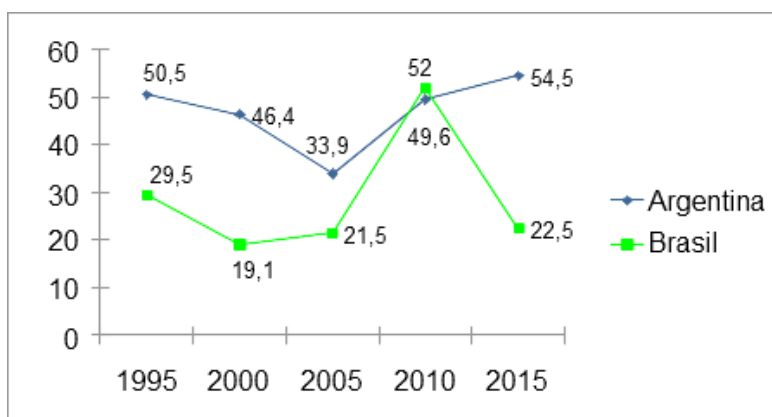
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

Desde a metade da década de 1990, os percentuais de preferência pela democracia apresentam-se consideravelmente maiores na Argentina, acima dos 65 pontos. Já no caso do Brasil, tal adesão manifesta-se de modo muito mais frágil, girando em torno dos 40% e alcançando uma melhora importante a partir de 2010, quando este percentual passa a superar os 60%. Ainda assim, mesmo o maior percentual brasileiro (62%) é menor do que o menor percentual de apoio dos argentinos no período examinado (66%). Esse dado demonstra que os argentinos manifestam maior convicção sobre a democracia em nível difuso, dentro da perspectiva consagrada por David Easton (1965). Nessa esteira, surge a variável de satisfação com a democracia. Isso porque uma maior adesão ao regime poderia manifestar-se na forma de uma maior satisfação e tolerância para com as dificuldades encontradas pelo mesmo, um menor apoio ao regime poderia refletir-se em menor paciência e maior ceticismo em relação à democracia. O [Gráfico 5](#) (p. 17) apresenta as variações desta satisfação.

O [Gráfico 5](#) (p. 17) indica uma repetição de tendência: entre 1995 e 2005 os argentinos demonstram substancialmente maior satisfação com a democracia. Os percentuais se equilibram em 2010 mas voltam a distanciar-se com força em 2015. Neste último ano, enquanto

Gráfico 5: Satisfação com a democracia (%)*



* Muito satisfeito/satisfeito.

n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204;

n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

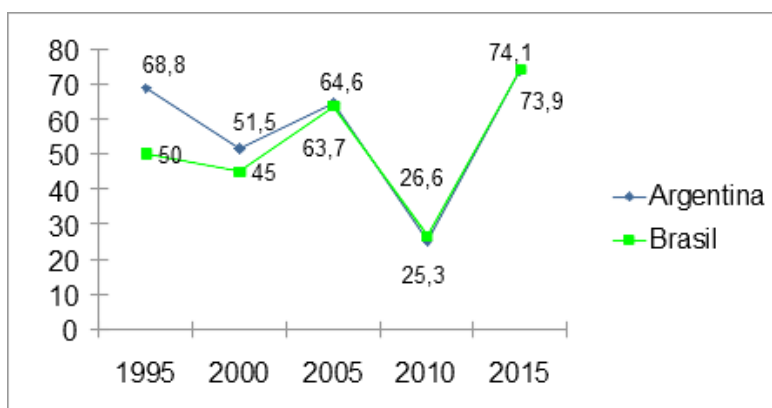
Fonte: *Latinobarómetro* (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

quase 55% dos respondentes manifestavam satisfação com o regime na Argentina, no Brasil este número não chega aos 23%. Tal distinção leva a acreditar que, no caso do Brasil especialmente, meros procedimentos não têm bastado para consolidar a democracia no país: existe a necessidade de que este regime ofereça respostas eficientes e eficazes para as demandas da população. O gráfico mostra ainda que, apesar da queda verificada em 2005- após a grave crise do início do século-, a diferença percentual em relação aos brasileiros não baixou de 10%, com uma importante alteração no ano de 2010, quando o percentual de entrevistados satisfeitos com a democracia no Brasil equilibrou-se e ultrapassou este mesmo índice para a Argentina, superando os 50%. No entanto, em 2015 a tendência volta a seu estado anterior. A variável de satisfação ou insatisfação com a democracia é outro importante indicador para observar os padrões que os cidadãos apresentam diante daquela que simbolicamente seria a manifestação institucional mais clássica da democracia: o voto. O Gráfico 6 (p. 18) traz a evolução temporal da opinião de brasileiros e argentinos a respeito do sufrágio em seus países.

No ano de 1995, verifica-se uma maior valorização do voto por parte dos argentinos, e estes percentuais vão se emparelhando com os do Brasil quando chegamos aos anos 2000. A partir de 2005, os percentuais são praticamente idênticos nos dois países, com uma queda brusca em 2010 e a retomada da confiança no poder do sufrágio em 2015. Em cenários como o da América Latina, nos quais a desconfiança política historicamente serve como ingrediente para colocar em risco os regimes democráticos, uma queda brusca na percepção que os cidadãos possuem em relação ao voto, como ocorreu em 2010, configura-se como elemento preocupante, podendo, a longo prazo, minar as bases da democracia nestes países. Porém, no último período houve uma recuperação deste percentual, com cerca de 74% dos entrevistados dos dois países manifestando que o voto pode fazer a diferença na vida da população.

Dessa maneira, se esta dimensão institucional merece atenção, não é menos verdade que os laços interpessoais que permeiam as sociedades também são importantes. É por meio deles que os sujeitos podem associar-se em busca de um bem comum, pois através dessa confiança torna-se possível estabelecer o diálogo, combinar diferentes interesses e uma agenda capaz

Gráfico 6: Opinião sobre o voto (%)*



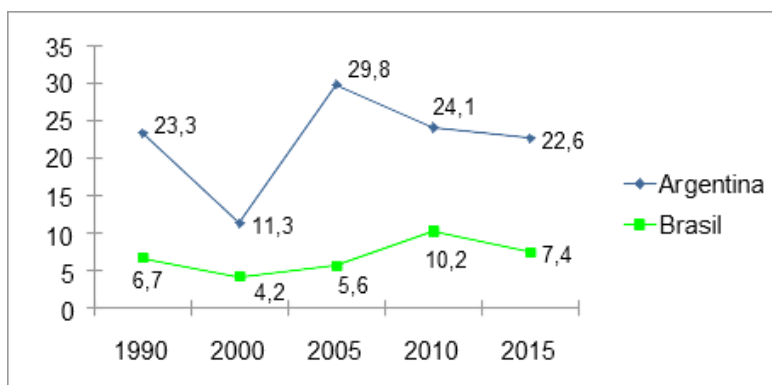
* Voto faz diferença na vida das pessoas.

n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

de incidir na arena pública, contribuindo ainda para o desenvolvimento de virtudes cívicas e tangibilizando o bem comum (BAQUERO, 2008). Por outro lado, uma sociedade pautada por relações recíprocas de alta desconfiança tende a dificultar a inserção organizada dos cidadãos na esfera política. Levando estes aspectos em consideração, o Gráfico 7 apresenta a evolução dos padrões de confiança interpessoal no Brasil e na Argentina entre 1990 e 2015.

Gráfico 7: Confiança interpessoal (%)*



* Pode-se confiar na maioria das pessoas.

** Questão não incluída no *Latinobarómetro* de 1995.

n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

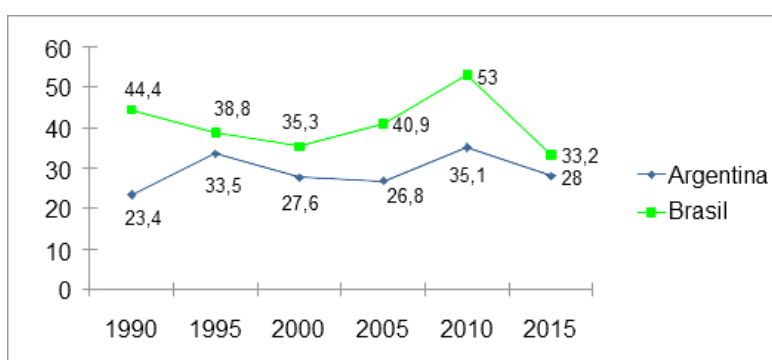
Fontes: World Values Survey (1990) e *Latinobarómetro* (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

No que diz respeito à confiança interpessoal, é possível notar uma porcentagem maior da Argentina em relação ao Brasil, sempre superando com bastante vantagem os brasileiros. O ano em que se pode verificar a menor diferença é o de 2000, e, ainda assim, essa diminuição

se deve mais a uma queda da confiança dos entrevistados do país vizinho do que por uma elevação da mesma no Brasil. Os percentuais da Argentina, geralmente na casa dos 20%, não podem ser considerados altos; o que ocorre é que no Brasil eles são baixíssimos, de modo geral não superando 10%, o que significa que o cenário brasileiro apresenta maiores barreiras para que os cidadãos se associem entre si. Isso dificulta a inserção nas esferas políticas e a elaboração de demandas junto às instituições do país, minando o potencial de desenvolvimento de virtudes cívicas e da promoção do bem comum por essa via.

Se do ponto de vista da confiança nas outras pessoas o cenário argentino parece um pouco menos árido, cabe a partir de agora examinar se tal diferença também pode ser vista quando tratamos da confiança nas principais instituições dos dois países. O [Gráfico 8](#) apresenta a confiança no Judiciário de Brasil e Argentina.

Gráfico 8: Confiança no Judiciário (%)*



* Muita/alguma.

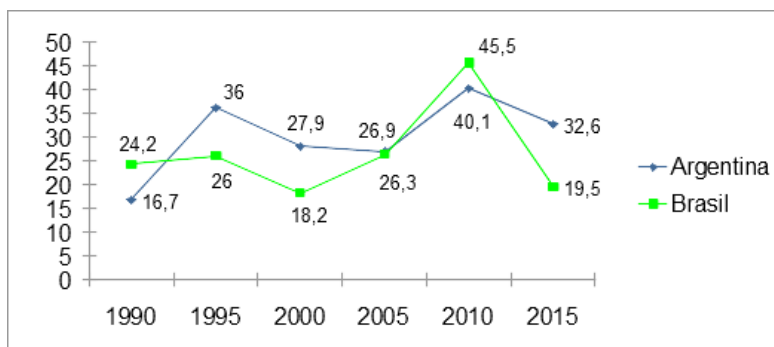
n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

No [Gráfico 8](#), pode-se observar uma inversão de tendência. No que tange à confiança no Judiciário, os brasileiros apresentam percentuais mais elevados que os argentinos ao longo dos anos. O ponto de maior proximidade dos valores é o de meados da década de 1990, mas volta a ocorrer relativo distanciamento ao longo dos anos 2000. Ainda que muito se discuta ineficiência e lentidão da justiça brasileira (FALCÃO, 2009), seus percentuais de confiança apresentam-se no mínimo razoáveis, sempre partindo dos 33%- percentual apenas um pouco menor do que o maior verificado entre os argentinos (35%), no ano de 2010. Desse modo, o poder para o qual os brasileiros não votam, e que talvez por isso apresente um caráter mais impessoal, técnico e menos político junto ao senso comum, reflete-se em um padrão de confiança crescente. Tomando este aspecto em consideração, torna-se importante examinar também os demais poderes institucionalizados, para os quais os cidadãos possuem poder de decisão através do voto. Por conseguinte, outra instituição de fundamental importância para as democracias dos países estudados é o Congresso Nacional. Dessa maneira, o [Gráfico 9](#) (p. 20) apresenta a confiança de brasileiros e argentinos em seus legisladores.

No que diz respeito à confiança no Congresso Nacional dos dois países, Brasil e Argentina apresentam uma situação de consideráveis mudanças de panorama ao longo do tempo. Em 1990, os brasileiros manifestavam maior confiança em seus legisladores do que os argentinos. Porém, ao longo dos anos 1990 tal tendência se inverte, e o contexto argentino passa

Gráfico 9: Confiança no Congresso (%)*



* Muita/alguma.

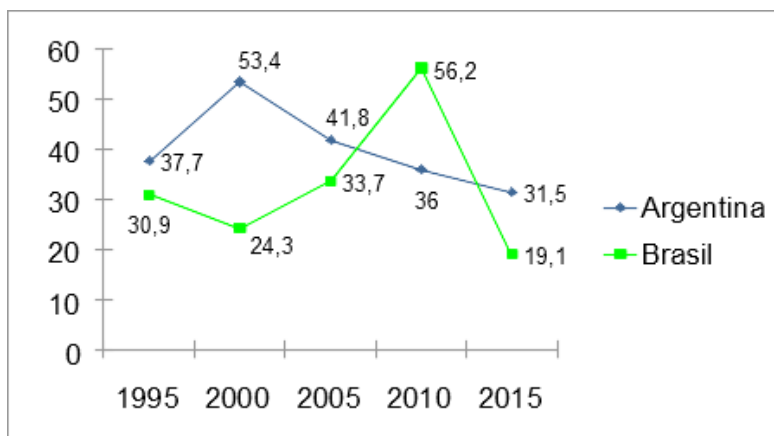
n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

a apresentar percentuais de confiança mais altos em seus parlamentares. As porcentagens aproximam-se fortemente a partir de meados dos anos 2000 e finalmente em 2010 os brasileiros apresentam cerca de 5 pontos percentuais a mais de confiança no Congresso do que os argentinos. Entretanto, a instabilidade política desencadeada no Brasil a partir de 2013 parece ter comprometido tal panorama, e a confiança dos brasileiros no Poder Legislativo caiu de quase 46% em 2010 para pouco menos de 20% em 2015, o que significa a possibilidade de um retrocesso preocupante no modo como os cidadãos se relacionam com as instituições democráticas do país, que por sua vez não colaboram muito para enraizar a confiança da população sobre as mesmas. Enquanto isso, a confiança dos argentinos nos seus legisladores também diminuiu no último período, mas de forma bem menos brusca. Se em relação ao legislativo existe uma flutuação percentual, será que em relação ao Executivo a tendência se repete? É o que se observa no Gráfico 10 (p. 21).

No que concerne ao governo, até o início dos anos 2000, os argentinos manifestavam maior confiança em seu governo nacional, com a diferença percentual chegando a praticamente 30% em 2000. Essa realidade passa a mudar a partir de 2005, com o início de uma queda na confiança sobre o governo argentino, e já com Lula à frente do governo brasileiro, culminando em 2010, ano eleitoral no Brasil, quando a confiança dos brasileiros em seu governo superou a dos argentinos em praticamente 20 pontos percentuais. Este nível de confiança, próximo dos 60%, pode ter contribuído para a eleição de Dilma Rousseff, sem experiência em eleições, mantendo o PT à frente do Executivo federal ao final daquele ano. Entretanto, as denúncias de corrupção no Governo Federal aliadas às fortes manifestações desencadeadas em 2013 e que viriam a resultar no impeachment da presidente em 2016 parecem ter pesado sobre a confiança no governo brasileiro em 2015. O percentual despencou quase 40 pontos percentuais no último ponto temporal. Além da confiança em instituições como parlamento, judiciário e governo, é importante examinar como brasileiros e argentinos encaram seus partidos políticos, que são, pelo menos em tese, as instituições responsáveis por representar os cidadãos nas esferas de poder. O Gráfico 11 (p. 21) apresenta os valores de confiança partidária no Brasil e na Argentina ao longo dos últimos anos.

Gráfico 10: Confiança no governo (%)*



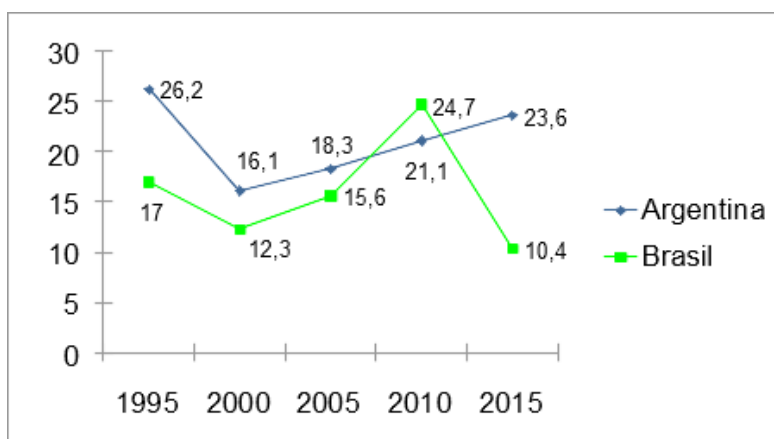
* Muita/alguma.

n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204;

n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

Gráfico 11: Confiança nos partidos (%)



* Muita/alguma.

n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204;

n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2015: Argentina= 1200; Brasil= 1250.

Fonte: Latinobarómetro (1995, 2000, 2005, 2010 e 2015).

Na metade da década de 1990, o contexto argentino apresentava níveis de confiança nos partidos políticos superiores aos do Brasil em quase 10%. Todavia, a partir dos anos 2000, tais percentuais foram se aproximando, até que no ano de 2010 chegamos a um cenário em que os brasileiros manifestam maior confiança em seus partidos do que os argentinos. Porém, enquanto no caso argentino a confiança nos partidos apresenta uma tendência geral de elevação, no Brasil ocorre nova queda em 2015, refletindo a descrença que afeta os cidadãos

do país após os acontecimentos dos últimos anos, especialmente a partir dos movimentos de junho de 2013.

De maneira geral, ao longo do período analisado, a Argentina apresenta percentuais mais “democráticos” se considerarmos avaliação da situação política, satisfação e preferência pela democracia. Em relação à opinião sobre o voto, os dois países apresentam percentuais e variações bastante semelhantes, principalmente nos últimos anos. No que tange ao interesse por política, trata-se de uma variável que apresenta maior consistência no caso argentino, enquanto no Brasil mostra-se mais volátil. Em termos institucionais, só em relação ao Judiciário os brasileiros apresentam percentuais constantemente maiores de confiança. A confiança em outras instituições como governo, partidos e Congresso apresentam certa vantagem para a Argentina, tendo como ponto atípico o ano de 2010, no qual os brasileiros mostravam bastante otimismo diante do cenário político do país. Cabe destacar ainda a discrepância entre confiança em duas dimensões: no que concerne às Forças Armadas, o Brasil apresenta percentuais marcadamente superiores; já no que se refere à confiança nas outras pessoas, os brasileiros são muito mais desconfiados do que os argentinos. Considerando tal combinação de características, não é de se estranhar a existência de grupos defendendo apaixonadamente a intervenção militar e mostrando-se nostálgicos com os “áureos tempos de ordem” estabelecida pelas Forças Armadas no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou abordar, por meio de uma abordagem descritiva, os cenários brasileiro e argentino após as transições à democracia ocorridas nos dois países, em termos de cultura política e capital social, levando em consideração as distinções entre os processos que levaram à instauração do regime democrático nestes casos. Enquanto na Argentina ocorreu uma transição em que os incumbentes autoritários saíram do poder desmoralizados diante dos cidadãos e de maneira abrupta, no Brasil o caminho para a democracia foi pavimentado com muita negociação, num contexto em que os militares tiveram significativos poder de barganha e controle sobre o processo.

Inicialmente, apresentou-se um breve apanhado dos conceitos centrais trabalhados no artigo, cultura política e capital social. Em seguida, contextualizou-se a questão das transições políticas ocorridas nos dois países de uma perspectiva histórica, trazendo à luz as formas como se configuraram as ditaduras militares de Brasil e Argentina e os desdobramentos posteriores, com a retomada de suas democracias. A partir disso, buscou-se examinar por meio de dados do *Latinobarómetro* eventualmente complementados por dados do *World Values Survey*, como os entrevistados dos dois países comportam-se ao longo do tempo em algumas questões importantes para a compreensão dos regimes democráticos brasileiro e argentino em uma ótica culturalista.

Desse modo, examinou-se longitudinalmente a evolução das variáveis de confiança nas Forças Armadas, avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência entre democracia e autoritarismo, satisfação com a democracia, opinião/sentimento sobre o voto e confiança interpessoal, no Judiciário, no Congresso, no governo e nos partidos políticos dos respectivos países. Estes dados indicaram uma Argentina apresentou percentuais mais “democráticos” se considerarmos avaliação da situação política, satisfação e preferência pela

democracia. Em relação à opinião sobre o voto, os dois países apresentam percentuais bastante parecidos, especialmente nos últimos anos. No que se refere à confiança institucional, somente em relação ao Judiciário os brasileiros apresentaram percentuais constantemente maiores de confiança. Nas demais variáveis, existem flutuações percentuais entre os dois países, geralmente com vantagem para a Argentina, mas com o caso brasileiro apresentando um momento de claro otimismo em 2010. Nessa esteira, é importante enfatizar ainda a discrepância entre confiança em duas dimensões distintas: enquanto no que diz respeito às Forças Armadas, o Brasil possui percentuais bastante superiores, no que tange à confiança interpessoal, os brasileiros são muito mais desconfiados do que os argentinos. A depender da natureza da confiança nas Forças Armadas, essa combinação com alta hostilidade e desconfiança nas pessoas e instituições poderia trazer consequências preocupantes para a democracia brasileira. Assim, foi possível observar contexto brasileiro, originado por uma transição mais negociada do que a Argentina, apresenta maiores barreiras para a consolidação da democracia num sentido maximalista.

Por outro lado, cabe ressaltar que a existência de diferenças nos dois contextos não implica necessariamente a existência de uma relação causal entre as transições, refletidas principalmente na confiança sobre os militares, e a cultura política e o capital social nos dois casos examinados. Souza (2016), ao verificar a existência ou não dessa relação de causalidade, ressalta que o peso das transições, apesar de existente, deve ser considerado de maneira complementar a como as democracias respondem às demandas da população, de que modo ela consegue trazer resultados que levem os cidadãos a confiarem nas instituições do regime. Isso porque a confiança nas Forças Armadas apresentou-se como mais um componente de uma “síndrome de confiança institucional” no Brasil e na Argentina (SOUZA, 2016).

Desse modo, cabe sublinhar que mais do que preocupar-se com o modelo transicional que gerou uma ou outra democracia, parece fundamental, para os países que venham a levar a cabo regimes ditatoriais e implementar democracias, institucionalizar uma governança que possa corresponder às expectativas por ela geradas. Uma democracia nascente deve, assim, mostrar que ela merece confiança e adesão dos sujeitos. É o estabelecimento desse vínculo de confiança que gerará e fortalecerá a já mencionada síndrome de confiança institucional, e auxiliará na consolidação da democracia não só no âmbito dos procedimentos, mas também em relação à adesão dos cidadãos brasileiros e argentinos à mesma.

TRANSITIONS TO DEMOCRACY, POLITICAL CULTURE AND SOCIAL CAPITAL IN BRAZIL AND ARGENTINA

BRUNO MELLO SOUZA

ABSTRACT

This paper studies political transitions related to political culture in two different contexts: Brazil and Argentina, countries where transitions have happened in very distinct models. While in the Brazilian context transition was negotiated, slow and gradual, in Argentina the military defeat was much more striking and abrupt, with a wide participation of civil society. The research hypothesis is that, based on these two different models of transition, the two countries present distinct scenarios in terms of political culture and social capital. In this sense, it is assumed that in a more negotiated and gradual transitional model, such as the Brazilian case, one can observe a lower-quality democracy regarding the perceptions and behaviors of citizens if compared to a model of a more emphatic defeat of the military agents, such as the Argentinean case. From the empirical point of view, this paper uses data from *Latinobarómetro*, which presents traits of political culture in Brazil and in Argentina, in the years of 1995, 2000, 2005, 2010 and 2015, occasionally complemented by data from the *World Values Survey* of 1990. Using those data, it can be longitudinally verified how political culture has been built in these two countries between 1990 and 2015, their pattern of approximation with authoritarian ideas and with more democratic and protagonic perspectives of civil society.

Keywords: democratic transitions, political culture, social capital, Argentina, Brazil.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. O ajuste das Forças Armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambigüidades no Cone Sul. In: JELIN, Elisabeth; HERSHBERG, Eric. (Org.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- ALMOND, Gabriel. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown, and Company, 1989.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.
- ARGENTINA. *Memoria y dictadura: um espacio para la reflexión desde los derechos humanos*. Buenos Aires, 2011.
- ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Rev. Sociol. Pol.*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, novembro, 2001.
- BAQUERO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, novembro 2008 .
- BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- BAQUERO, Marcello; SOUZA, Bruno Mello; RIQUELME, Cláudia Lazzarotto. Apatia e corrupção: duas nuances da cidadania brasileira. *V Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS*. 2013.
- BARRY, Brian. *Sociologists, economists and democracy*. Chicago: The Chicago University Press, 1988.
- BRAGA, Maria do Socorro; RIBEIRO, Pedro; AMARAL, Oswaldo. El sistema de partidos em Brasil: estabilidad e institucionalización. *Cd do 6º Congreso Latino-Americano de Ciencia Política da Alacip*. 2012.
- CASTRO, Henrique. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. In: GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Org.). *Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia (1955-1983)*. Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996.
- COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-121, jan. 1988.

- DE RIZ, Liliana. Política y partidos: ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico*, v. 25, n. 100, jan-mar 1986. p. 659-682.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy. *CDDRL Working Papers*, Stanford, n. 20, p. 20-31, september 2004.
- EASTON, David. *A systems analysis of political life*. Nova York: John Wiley, 1965.
- FALCÃO, Joaquim. O Judiciário segundo os brasileiros. In: GUERRA, Sérgio (Org.). *Transformações do Estado e do Direito: novos rumos para o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.
- FREIDENBERG, Flávia. *Análisis de las elecciones en América Latina: septiembre 2005 a diciembre 2006*. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/elecciones_Freidenbergo6.pdf>
- FUKUYAMA, Francis. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.
- GALLO, Carlos Artur; SOUZA, Bruno Mello. Legados culturais do autoritarismo na Argentina e no Brasil. *VI Seminario Internacional Políticas de la Memória*. 2013.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- HANIFAN, Lyda. The rural school community center. *Annals of the american academy of political and social science*, v. 67, p. 130-138, september 1976.
- HUNTINGTON, Samuel. *The third wave: democratization in the late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe; WHITEHEAD, Lawrence. (Org.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, Campinas, Vol. XI, n1., pp.33-63, 2005.
- MOTTA, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1986.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

PATEMAN, Carole. Political culture, political structure and political change. *British Journal of Political Science*, 1 (3), p. 291-305, 1971.

PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown, and Company, 1989.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). *América Latina Hoy*, n. 68, p. 139-168, 2014.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle. Desconfiança política na América Latina. *Opinião pública*, Campinas, v. XI, n1., p. 64-93, 2005.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENNÓ, Lúcio. : vícios e virtudes. *BIB*, 45, p. 71-91, 1998.

RIBEIRO, Ednaldo. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Tese de Doutorado, UFPR, 2008.

SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1, p. 153-185, jan-abr 2007.

SANTOS, Everton Rodrigo. *Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1971-1989)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SOUZA, Bruno Mello. *Transições e democracia: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre a cultura política e o capital social de brasileiros e argentinos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados culturais do autoritarismo no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, p. 75-89, 2015.

STEPAN, Alfred. C. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WEFFORT, Francisco. Incertezas da transição na América Latina. *Lua Nova*, n. 86, São Paulo, p. 5-45, março 1989.